

A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA DOS PRODUTORES SOBRE A RESENHA NÃO-ACADÊMICA

Socorro Cláudia Tavares de SOUSA (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

RESUMO: A área de Análise de Gêneros no Brasil tem desenvolvido pesquisas voltadas para a descrição dos gêneros, seja em uma perspectiva formal e/ou funcional. Em geral, os trabalhos produzidos realizam uma análise lingüística do material textual. Este trabalho tem como objetivo discutir a ação retórica de resenhar na comunidade jornalística a partir da percepção de seus produtores, comparando essa percepção com a descrição do gênero na literatura de Jornalismo, de Lingüística, por exemplo. Aplicamos questionários com quinze informantes dentre resenhistas e editores de jornais e revistas brasileiras. Os dados obtidos através dos questionários apresentaram uma convergência com as informações contidas na literatura da área de Jornalismo, bem como as ampliaram revelando que a perspectiva sócio-cognitiva dos produtores é um importante recurso no processo de descrição dos gêneros textuais.

PALAVRAS-CHAVES: Resenha não-acadêmica. Perspectiva sociocognitiva. Comunidade jornalística.

1. Introdução

A temática “gêneros textuais” não é nova, segundo Marcuschi (2008) conta com aproximadamente vinte e cinco séculos se levarmos em consideração os estudos desenvolvidos por Platão. Por outro lado, as pesquisas desenvolvidas na área de Análise de Gêneros vêm abordando os gêneros textuais de forma diferente daquela empreendida pela tradição ocidental que ligava os gêneros aos estudos literários, haja vista compreender a categoria como “uma forma de ação social”, “uma ação retórica”, um artefato cultural”, dentre outras abordagens.

Estas diferentes perspectivas vêm promovendo a construção de diferentes tendências no tratamento dos gêneros textuais. Marcuschi (2008) nos apresenta algumas perspectivas teóricas, tais como: a sócio-histórica e dialógica que se ancora nos pressupostos bakhtinianos; a sistêmico-funcional que se baseia na relação entre texto e contexto; a interacionista e sociodiscursiva que vê o gênero a partir de seu caráter psicolingüístico e tem um interesse no ensino de gêneros na língua materna; a sociorretórica/sócio-histórica e cultural que tem uma visão histórica dos gêneros e os relaciona com a comunidade em que estes são produzidos, dentre outras¹.

Considerando estas diferentes abordagens, o presente trabalho se insere na perspectiva sociorretórica/sócio-histórica e cultural e tem como objetivo discutir a ação retórica de resenhar na comunidade jornalística brasileira, comparando a visão dos resenhistas e editores com as informações provenientes da literatura, seja na área de Jornalismo, de Lingüística, por exemplo. A opção por explorar a percepção dos produtores sobre o gênero está também ancorada na perspectiva multidimensional sugerida por Bhatia (2004) para a análise de gêneros que prevê a exploração de um espaço sociocognitivo que dá conta também das interpretações dos produtores do gênero em um dado contexto disciplinar.

A escolha do gênero resenha não-acadêmica (de livros) se explica pelo fato de que os trabalhos como o de Carvalho (2006) e Angelo (2005) investigaram fenômenos específicos

¹ Essa divisão não é rígida e segundo Marcuschi (2008) pode ser reformulada dependendo dos critérios que vierem a ser utilizados.

como a avaliação e a relação entre conteúdo informacional e as práticas de leitura, respectivamente, e, não se detiveram na exploração das condições de produção, por exemplo, espaço este que o presente trabalho pretende preencher.

Para a realização do objetivo previsto, dividimos o artigo em duas partes sem considerar a introdução e a conclusão: na primeira abordamos a visão de gênero de Miller (1994a, 1994b), pois esta noção representa o pano de fundo para esta pesquisa na medida em que concebe um gênero como uma “ação social” em resposta a uma dada situação retórica em um determinado tempo e lugar; na segunda parte apresentamos o percurso metodológico e a análise das respostas dos sujeitos pesquisados em comparação com o conteúdo informacional da literatura sobre resenha não-acadêmica de livros.

2. O gênero como ação social

A noção de gênero desenvolvida por Miller (1994a, 1994b) tem como objetivo enfatizar o aspecto social, histórico e retórico sobre o gênero que as outras abordagens não fizeram. Para tanto, a autora empreende uma ampla revisão da literatura sobre três aspectos que irão dar subsídios a sua noção de gênero que são: classificação do discurso, situações retóricas recorrentes e teorias hierárquicas do sentido. Partindo destes tópicos, Miller (1994a) buscará defender a idéia de que a definição de gênero está centrada na ação que é usada para realizá-lo. Nesse sentido, ela examinará a conexão entre gênero e situação recorrente de modo a definir gênero como uma ação retórica tipificada.

No tópico classificação do discurso, Miller (1994a) absorve algumas idéias que irão sustentar sua tese, dentre elas destacamos as seguintes: o estudo do gênero deve estar solidificado em convenções e deve envolver a “situação” e o “motivo”. No tópico situações retóricas recorrentes, a autora compreende que a recorrência da situação pode ser entendida como sendo, de alguma maneira, comparável, similar a outra situação. Segundo Miller (1994a), para compreender essa recorrência faz-se necessário desvincular-se da perspectiva materialista de concebê-la. Nesse sentido, o que é recorrente não é a configuração material dos objetos, eventos ou pessoas. Daí, Miller (1994a, p. 29) afirmar que a “recorrência é um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social”.

Ao definir recorrência, inevitavelmente, Miller (1994a, p. 29) também define situação como “construtos sociais que são o resultado, não de uma ‘percepção’, mas de uma ‘definição’. Uma vez que a ação humana é baseada em (e guiada por) significado e não em causas materialistas, no centro da ação encontra-se um processo de interpretação.”. Para a autora, antes de agirmos, nós interpretamos, definimos ou determinamos uma situação.

Segundo Miller (1994a), é através do processo de tipificação que nós criamos recorrências, analogias. Esse conceito é útil na medida em que traz o reconhecimento de similaridades para as novas experiências. Segundo Carvalho (2005, p. 133):

Ao interpretamos situações novas como sendo similares ou análogas a outras, criamos um tipo ao produzir uma resposta retórica a tal situação, que passa a fazer parte de nosso conhecimento, para que seja aplicado a novas situações. Esse processo de tipificação baseado em recorrência explica a natureza convencional do discurso, assim como as regularidades encontradas tanto em sua forma quanto em sua substância.

Miller (1994a) ainda se questiona como é possível compreender a exigência como o centro da situação, se a situação retórica não é material, nem muito menos objetiva. A solução encontrada pela autora é localizar a exigência no mundo social, ou seja, como uma forma de um conhecimento social sobre objetos, eventos, interesses, propósitos, enfim,

necessidades sociais objetivadas. Nessa perspectiva, a exigência é um motivo social, não é causa de uma ação retórica e nem uma intenção.

Em seguida, Miller (1994a) afirma que a chave para a compreensão de um gênero está na interdependência entre substância e forma. Substância é aqui compreendida como o “valor semântico do discurso”, constituindo-se como aspectos comuns da experiência que estão simbolizados em sensações, conceitos, imagens, atitudes, por exemplo, já forma “é percebida como as maneiras em que a substância é simbolizada” (MILLER, 1994a, p. 32).

Para a autora, essa relação já está presente, embora implícita, na abordagem dos atos de fala de Searle, quando este compõe um ato de fala em dois componentes: uma proposição e uma força ilocucionária. Miller (1994a) também retoma a noção de jogos de linguagem de Wittgenstein para colocar o contexto como um terceiro nível hierárquico do sentido. Esses elementos (substância, forma e contexto) devem ser tomados como relativos e não absolutos na medida em que podem se situar em diferentes níveis em uma hierarquia de sentidos.

A partir da revisão de literatura realizada pela autora, Miller (1994a) irá destacar os seguintes aspectos caracterizadores de um gênero, concebendo-o como:

- uma ação retórica tipificada: o gênero corresponde a categorias do discurso que são convencionais; e, como ação, o sentido de um gênero é proveniente de uma dada situação;
- uma ação significativa interpretada por regras que o regulam: as regras de um gênero ocorrem em altos níveis de uma hierarquia de regras;
- distinto da forma: o gênero é a fusão de baixos níveis de forma e de substância;
- como substância de formas de alto nível: o gênero constitui a cultura e representa um dos aspectos que constituem a substância da vida cultural;
- como mediador entre o privado e o público: o gênero conecta o singular (as intenções) e o recorrente (exigência social).

Em seu artigo *Rhetorical community: the cultural basis of genre*, Miller (1994b, p. 67) aprofunda as bases de sua definição de gênero como ação recorrente e significativa. Ela se justifica afirmando que sua preocupação anterior “era enfatizar que uma noção retórica de gênero mais útil deveria ser baseada nas convenções do discurso que uma sociedade estabelece como formas de ‘agir conjuntamente’ [...]”. Os esclarecimentos sobre a noção de gênero, segundo a autora, se justificam por duas razões: a clarificação de alguns pontos não resolvidos no artigo anterior e a utilidade do conceito de gênero na compreensão da participação do indivíduo na comunidade. Desses esclarecimentos propostos por Miller (1994b) destacamos os seguintes:

- o gênero se constitui um fenômeno que se localiza em um nível médio entre o micro nível e o macro nível. Nessa perspectiva, o gênero conecta esses níveis através de um sistema semiótico de regras regulativas e constitutivas. Cada nível é dividido em forma (aspecto sintático) e substância (aspecto semântico);
- o gênero se constitui como um elemento específico da sociedade, um dos mais importantes aspectos da estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que a instituição exerce.

Miller (1994b) aprofunda a relação entre gênero e cultura, possibilitando nossa compreensão de que diferentes tempos e lugares produzem um cenário de diferentes gêneros. Um exemplo concreto dessa afirmação de Miller (1994b) está na análise realizada por Carvalho (2002, p. 182) de resenhas acadêmicas da área de Literatura publicadas em língua portuguesa e em língua inglesa. Os resultados obtidos na análise indicaram diferenças tanto na configuração interna dos movimentos retóricos quanto no processo de avaliação, de tal modo que as resenhas em português foram categorizadas pela autora como “ação entre amigos” e as de língua inglesa como “apontadora de defeitos”.

Para explicar como os macro-níveis (gênero, forma de vida, cultura...) contextualizam os micro-níveis, Miller (1994b) adota a teoria da estruturação de Giddens

(1984) que, por sua vez, fornece uma explicação de como se dá a produção e a reprodução da sociedade pelos próprios agentes sociais. Os agentes têm uma consciência prática que lhes possibilitam agir de uma determinada maneira em dadas circunstâncias. Isso não quer dizer que a concepção de ação na teoria da estruturação seja completamente determinista, ela se situa em um meio termo entre um determinismo total e uma liberdade total. Daí, os sujeitos estarem munidos de uma “ontologia dos potenciais” capaz de produzirem variações em suas formas de conduta (COHEN, 1999).

O aspecto da reprodução apresentado por Giddens (1984) reforça a noção de recorrência das situações retóricas, conseqüentemente, também reforça a tese de que o gênero corresponde a uma ação recorrente da linguagem em uso. Nesse sentido, Miller (1994b, p. 71) destaca:

[...] os atores sociais criam recorrência em suas ações ao reproduzir os aspectos estruturais das instituições, ao usar estruturas disponíveis como meio para sua ação e, desse modo, produzir essas estruturas de novo como resultados virtuais, disponíveis para futura memória, interpretação e uso.

Enfim, a noção de estrutura e estruturação de Giddens (1984) fortalece a noção de gênero como ação social. É nessa perspectiva que Miller (1994b) afirma que é impossível conceber gênero fora de uma comunidade. Considerando essa abordagem de gênero é que nos propomos a investigar a construção social do gênero social resenha na comunidade jornalística a partir da percepção de seus produtores.

3. A construção social do gênero resenha não-acadêmica

Esta seção está dividida em duas partes, na primeira apresentaremos o percurso metodológico seguido, na segunda a análise dos dados obtidos através de questionários enviados a resenhistas de diferentes jornais e revistas brasileiras, comparando o discurso dos informantes com as vozes provenientes da literatura de Jornalismo, Lingüística, Sociologia e Educação.

3.1 O percurso metodológico

No processo de análise de gêneros, como bem destacou Swales (2004), as pesquisas podem privilegiar diferentes focos (escritor/falante, leitor/ouvinte, *expertise*, dados), desembocando, inevitavelmente, em diferentes problemáticas. Segundo Swales (2004, p. 75):

Talvez a primeira opção, aquela que privilegia o criador do discurso, caia presa na falácia intencional tão enfatizada pela Nova Crítica (como eram nos anos 50 ou a partir daí) e por outros formalistas? Talvez a segunda opção naufrague nas costas selvagens da teoria da recepção leitora, quando então poderíamos negar o poder que a linguagem teria para transmitir um conteúdo restrito de sentidos? Talvez a terceira opção seria simplesmente mais um exemplo de orgulho acadêmico, por esta sugere que seríamos nós primariamente, os analistas e observadores acadêmicos plenamente formados, os que melhor podem ver e compreender o que está realmente acontecendo? E, talvez, a quarta se impõe um limite, em termos de suas hipóteses de quantificação objetiva?

Se por um lado estamos cientes de que qualquer escolha metodológica que seja feita poderá incorrer em riscos e limitações, por outro lado necessitamos definir a perspectiva de análise de nosso objeto de estudo. Considerando esses aspectos, assumimos os riscos e

decidimos por apresentar a perspectiva dos produtores sobre a ação retórica de resenhar na comunidade jornalística.

Para a realização deste objetivo, elaboramos 02 (dois) instrumentos de coleta de dados, constituído de perguntas abertas, um foi destinado ao editor e o outro destinado ao resenhista. Os questionários versavam sobre os seguintes tópicos: jornalismo cultural, as funções desempenhadas pelo editor e pelo resenhista no contexto de produção do gênero, as condições de produção, a audiência-alvo e o conteúdo da resenha. As perguntas abaixo ilustram o tipo de pergunta feita aos informantes, por exemplo: qual o *status* do jornalista cultural (especificamente o que faz resenhas de livros), dentro do seu jornal ou revista?; qual (quais) critério(s) define(m) a escolha do livro a ser resenhado em seu jornal ou revista?; que tipo de público-leitor você imagina quando escreve sua resenha de livros?; quais informações são essenciais em uma resenha e quais são acessórias em suas resenhas?.

Os sujeitos foram contatados por e-mail e por telefone, aceito o convite as entrevistas foram enviadas e recebidas por e-mail. Conseguimos coletar 15 (quinze) entrevistas, sendo 05 (cinco) informantes do jornal “O Estado de São Paulo”, 04 (quatro) informantes do jornal “Diário de Cuiabá”, 02 (dois) informantes dos jornais “Gazeta do Povo” e “O Povo”, 01 (um) do jornal “Diário do Nordeste” e 01 (um) da Revista “Veja”. Dos 15 (quinze) sujeitos, 07 são (colaboradores) e 08 (oito) são jornalistas, dentre estes 01 (um) é editor e resenhista, 01 (um) é sub-editor e resenhista e 02 (dois) são editores-assistentes e resenhistas. As entrevistas dos informantes foram identificadas com as seguintes iniciais maiúsculas IE que significa informante especialista e com numerais arábicos a fim de preservar suas identidades

A escolha dos informantes dos jornais e revistas acima selecionados se justifica pelo critério da reputação, da representatividade e da acessibilidade, ou seja, selecionamos resenhistas provenientes de jornais e revistas considerados reputados pela comunidade jornalística de cada estado selecionado e de diferentes regiões e resenhistas que aceitaram participar da pesquisa.

Os dados foram analisados a partir de um estudo comparativo entre as informações oriundas dos questionários e da voz que emana da literatura de diferentes áreas do conhecimento (Linguística, Jornalismo, Educação e Sociologia). A preferência por estas áreas se justifica pelo fato de que encontramos nelas aporte que nos permitiu refletir sobre a ação retórica de resenhar na comunidade jornalística.

3.2. A resenha não-acadêmica: a interface entre a percepção de seus produtores e a revisão de literatura

Um dos primeiros tópicos selecionados no questionário foi sobre Jornalismo Cultural². Inquirimos aos resenhistas sobre a importância do Jornalismo Cultural em seus jornais e revistas. Suas respostas foram bastante diversificadas, de modo que foi destacado o papel “secundário” do Jornalismo Cultural, sua equivalência em comparações aos demais tipos de Jornalismo, ou ainda, sua ascensão dentro do jornal ou revista em que está inserido.

As declarações deixam entrever um conflito na construção da imagem do Jornalismo Cultural, por um lado, é inevitável reconhecer sua importância e as funções sociais que são desempenhadas por esse tipo de Jornalismo, por outro lado, é inevitável constatar que o espaço ocupado dentro dos jornais e revistas e o prestígio deveria ser maior. Dentre os argumentos citados pelos resenhistas sobre a relevância do Jornalismo Cultural, destacamos a declaração do IE15 pelo fato de apresentá-lo como uma função social que é exercida pela

² Embora o termo “jornalismo cultural” seja criticado por Piza (2007) pelo fato de o autor acreditar que a cultura atravessa os diversos tipos de linguagem, utilizaremos esta nomeação pela ausência de expressão melhor e também pela estabilidade terminológica que esta goza dentro da área de Jornalismo.

instituição jornalística. Essa percepção coaduna-se com o que expõe Charaudeau (2006, p. 15) sobre a lógica simbólica das mídias que é “servir a democracia cidadã”.

É importante por contribuir para a diversidade de assuntos exigida por um jornal diário de circulação nacional. Da mesma forma que os leitores buscam informações específicas sobre economia, política ou sobre a cidade, também se interessam (e necessitam) pelas novidades culturais. (IE15)

Dentro dessa perspectiva, o *status* que o Jornalismo Cultural dá ao jornal ou revista é analisado por alguns informantes como uma necessidade social, tendo em vista que o público-alvo busca esse tipo de informação em jornais e revistas. Esse “dever estratégico” também pode ser explicado pelo fato de que há relações de poder entre as instituições jornalísticas de modo que “os grandes, mantêm espaço para a cultura” (IE08), daí haver uma tendência a fazer o mesmo. Essa informação pode ser observada na declaração do IE02 que afirma: “Na verdade é uma obrigação publicar sobre o Jornalismo cultural. Se não se escreve sobre suas variantes temáticas, o meio de comunicação não está comunicando. Vejo não como status mas como dever estratégico. (IE02)”. Este aspecto ilustra o fato de que na comunidade jornalística as instituições ocupam diferentes posições. Assim, temos instituições e membros em posição dominante e em posição dominada.

Como identificamos nas declarações dos informantes, há uma pressão de natureza externa e/ou interna que faz com que o Jornalismo Cultural tenha lugar garantido em jornais e revistas selecionados. Mesmo que alguns resenhistas afirmem que a editoria cultural não tenha o mesmo espaço que outras editoriais, há vozes que afirmam que os cadernos de cultura são os mais lidos.

No que se refere às condições de produção da resenha na comunidade jornalística, os resenhistas, de uma forma geral, afirmaram ter bastante autonomia na escolha dos livros a serem resenhados. Em algumas instituições, o editor faz uma pré-seleção dos títulos e os repassa aos resenhistas que, por sua vez, elaboram os textos. Em outras, fica totalmente a cargo do resenhista a escolha do livro, contudo não podemos negar que o editor dá a palavra final. A declaração do IE11 ilustra nossa afirmação.

Quem define, em primeiro lugar, é o editor do suplemento. E, neste caso, não sei dizer qual o critério. Com os editores eu tenho contato apenas por e-mail. Em raras ocasiões, eu sugiro uma pauta. Mas nem sempre ela é aceita – embora, em algumas vezes, eu tenha escolhido o livro a ser resenhado e enviado ao jornal – que acaba publicando. (IE11)

Além desse aspecto, alguns resenhistas afirmam que definem a obra a ser resenhada pela sua atualidade, pela qualidade do livro, pela temática, por causa de um prêmio recebido, dentre outros critérios. Já o fato de o livro estar na lista dos mais lidos é um aspecto que raramente exerce influência na escolha das obras, enquanto que o fato de o autor da obra ser famoso é um fator mais provável. A declaração do IE06 exemplifica a assertiva.

Naturalmente que uma obra de um autor consagrado lança sobre si as luzes da imprensa. Um livro de poemas de Ivan Junqueira, um novo romance de Suassuna, uma obra de Umberto Eco etc, tudo isso é de interesse. O texto recai sobre a natureza da obra – se, por exemplo, atende ou não às expectativas. (IE06)

Contudo, a instituição jornalística pode optar por não resenhar a obra do autor famoso como é o caso da declaração relatada pelo IE13. Por outro lado, há uma coerção de escolher títulos que interessem aos leitores como está ilustrado no discurso abaixo.

[...] De resto, às vezes a escolha de não resenhar pode ser ousada: XXX³ não resenhou O Vencedor Está Só, de Paulo Coelho. Já dissemos o que havia para ser dito sobre o autor. Há um equilíbrio a ser buscado aqui: não se pode ignorar todos os livros que vem embalados na fama do autor, sob pena de nos alienarmos do interesse do leitor. Mas também não é preciso ser escravo da badalação. (IE13)

O fato é que a subjetividade do produtor é um aspecto fundamental nessa escolha como pode ser observado na declaração do IE04.

[...] critério pessoal. Se vejo um livro de que gosto ou um cujo autor é responsável por obra consagrada – o que não significa que estreantes não sejam resenhados –, o livro vira objeto de apreciação. Noutras ocasiões, as editoras nos mandam livros, que também viram tema de resenhas. Como costume pesquisar bastante, ler blogs e sites especializados e comprar revistas que tratam de literatura, acabo levando para a página obras que, embora estejam causando alguma discussão, gerando debates, ainda são grandes desconhecidas. O XXX⁴ resenhou O filho eterno, do curitibano Cristóvão Tezza, antes que ele tivesse ganho qualquer prêmio. (IE04)

Contudo, a essa subjetividade alia-se ao que Bourdieu (1997) observou na análise do campo jornalístico como a influência das matérias que são publicadas em outras mídias. A declaração do IE05 ilustra nossa assertiva: “Primeiro o critério da atualidade, o livro precisa ter sido lançado recentemente. Depois, **somam-se aspectos como a própria repercussão da obra em outros veículos**⁵ e o interesse pessoal em determinada obra.” (IE05).

Quanto às restrições de ordem editorial, o espaço destinado às resenhas foi considerado por alguns resenhistas como o mais importante fator limitativo, isso porque há uma divisão do espaço com a publicidade. O IE11 revela que o jornal define o número máximo de linhas que pode ser utilizado. Já o IE07 afirmou que o fato de o jornal ter uma posição ideológica ligada ao catolicismo, os resenhistas são orientados a não explorar muito obras que ressaltem o ateísmo.

No que se refere à influência do mercado editorial e da agenda de eventos na escolha dos livros, os resenhistas não foram unânimes em suas respostas. Alguns negaram categoricamente essa influência, enquanto outros a afirmaram. Mesmo os resenhistas que afirmaram haver essa relação, não a apontaram como uma ligação direta, assim como sugere Bhatia (2004). Isso não quer dizer, por outro lado, que não possa haver resenhas que são elaboradas apenas com o intento de promover uma obra (livro). As declarações dos informantes são reveladoras porque parecem indicar a existência de diferentes forças que interferem nas condições de produção das resenhas não-acadêmicas. Assim, fatores como o mercado editorial, a agenda de eventos, as resenhas produzidas em outras mídias, o autor ser popular, por exemplo, funcionariam como forças centrípetas dentro da comunidade jornalística, na medida em que reproduz as relações de poder dentro da comunidade.

Quanto às funções desempenhadas pelos resenhistas, estas variam se o produtor é jornalista ou colaborador. Se jornalista, este não escreve somente resenhas; se colaborador, pode indicar um livro para a instituição jornalística (o que não garante uma aceitação de sua indicação) ou seu serviço pode ser solicitado em ocasiões específicas (como, por exemplo, cobrir assunto definido previamente em pauta). O capital cultural⁶ dos colaboradores os

³ Retiramos o nome da instituição jornalística com a finalidade de preservar a identidade dos informantes.

⁴ Retiramos o nome da instituição jornalística com a finalidade de preservar a identidade dos informantes.

⁵ Grifo nosso.

⁶ Capital significa o conjunto de “bens” que os agentes possuem, constituindo diferentes tipos de poder. Bourdieu (2005) se refere a diferentes tipos de capitais como o econômico (poder material), capital cultural (conhecimentos, títulos acadêmicos, dentre outros), capital social (rede de contatos), capital simbólico (prestígio). O autor ainda acrescenta que cada campo valoriza um capital específico.

capacitam a produzir resenhas na comunidade jornalística como pode ser inferido na declaração do IE10.

Quando cheguei ao XXX⁷, já possuía uma história como crítico e creio que me deram espaço porque as minhas resenhas tinham uma qualidade que acreditaram estar de acordo com aquilo que acreditam ser adequado para uma crítica literária. De certa forma, nunca recebi recomendações ou tive minha função determinada. Creio que a única coisa que esperam é qualidade – de idéias, de prosa, de estilo. (IE10)

Já no discurso do IE04, observamos que embora o jornalista escreva resenhas ele não se considera um resenhista. Há, nesta declaração, a visão de que um resenhista-jornalista sofre a coerção do tempo na produção de seu texto, como também carece de formação acadêmica específica. Inferimos também nesta declaração, que uma resenha produzida por um jornalista tende a ser mais informativa, haja vista este não se deter na análise da obra por conta das condições específicas de produção.

[...] não sou especificamente um resenhista, mas um repórter que, por razões particulares afinidades pessoais, interessa-se por livros. E, claro, escreve sobre eles. Um resenhista e um repórter diferem basicamente no tempo destinado à análise da obra. Distinguem-se igualmente pela formação. (IE04)

Especificamente, em relação ao *status* do resenhista, as percepções são bastante variadas: alguns afirmam que recebem reconhecimento por parte de seus colegas jornalistas e dos leitores, e, por isso, são bastante valorizados, outros não conseguem precisar esse *status*. As declarações abaixo ilustram nossas afirmações.

Não sei bem como responder essa pergunta. O que posso dizer é que as repercussões são mínimas sobre as resenhas, bem menos, por exemplo, que as resenhas de filmes. Não me lembro de ter usufruído desse status, a não ser no recebimento de livros na redação. (IE05)

Apesar de sua importância, a cultura sempre ganha um destaque relativo em relação às outras editoriais de um jornal - basta comparar o espaço que cada editoria ganha na primeira página do jornal. Mas há um grande respeito por aqueles que escrevem sobre livros por conta da exigência cultural pedida pela função. (IE15)

É grande, sem dúvida. Todo domingo muitos leitores esperam as minhas indicações. Recebo toda semana mais de 100 e-mails de leitores, comentando as minhas indicações. Respondo a todos eles. Tenho a certeza de que muitos livros são vendidos porque os indico. (IE03)

Estas declarações nos mostram percepções totalmente diferentes e nos permitem inferir que o peso quantitativo (número de assinantes) e qualitativo (o prestígio) do jornal ou revista podem interferir na forma como os resenhistas se percebem dentro da comunidade jornalística. Entra, aqui, em jogo a noção de função relacional das instituições e dos membros dentro da comunidade jornalística.

Sobre a imagem do público-leitor, os resenhistas têm diferentes percepções de seus leitores. O putativo leitor pode ser “alguém interessado em literatura” (IE01), “alguém que goste de ler e tenha uma formação semi-acadêmica” (IE13), “o mais amplo possível” (IE13), dentre outras percepções. Estas imagens acabam por gerar diferentes estratégias discursivas, a saber: captar o leitor ou optar por utilizar informações mais especializadas. As declarações dos informantes abaixo ilustram nossas afirmações.

O mais amplo possível. [...] O esforço é fregar o leitor neófito, que talvez conheça pouco de literatura ou do tema tratado na semana – mas, ao mesmo tempo, ter algo

⁷ Retiramos o nome da instituição jornalística com a finalidade de preservar a identidade dos informantes.

relevante a dizer para o leitor que já tem maior experiência de leitura. É um equilíbrio difícil de obter, mas é preciso tentar. (IE13)

Dirijo-me a todos, leitores especializados e “não-especializados”, ainda que isso pareça um tanto paradoxal. Na verdade, procuro utilizar uma linguagem que não reduza as idéias, mas que ao mesmo tempo seja compreensível para um público com razoável nível cultural. (IE09)

No que se refere aos propósitos comunicativos, bem como sobre a organização retórica da resenha, a literatura de Jornalismo nos fornece algumas informações, embora os autores pesquisados (BOND, 1962; MELO, 2003; PENA, 2006; PIZA, 2007) não utilizem exatamente essa terminologia. Consideramos que ao definirem a “função” de uma resenha é possível identificar seus propósitos comunicativos e ao definirem a “estrutura típica” é possível identificar sua organização retórica. Bond (1962, p. 248) não fala explicitamente qual a “função” da resenha (para o autor, notícia de livros), mas nos dá a entender que é expressar uma opinião sobre livros, peças, filmes, ballets, concertos, exposições de pintura e escultura, programas de rádio e espetáculos de televisão, isso porque o “leitor espera também uma apreciação” e não apenas informação.

Melo (2003, p. 132-133), por sua vez, é prolixo ao descrever as funções da resenha. Para ele, a resenha serve para “orientar o público na escolha dos produtos em circulação no mercado”, mas também realiza as seguintes funções:

- a) Informa, proporcionando conhecimento sobre o que está em circulação no mercado cultural e sobre a natureza e a qualidade das obras comercializadas;
- b) Eleva o nível cultural, pelo caráter didático com que aprecia os bens culturais, despertando muitas vezes o senso crítico para a sua fruição;
- c) Reforça a identidade comunitária, fazendo o julgamento das obras segundo padrões peculiares à comunidade, o que significa descobrir especialidades geoculturais em produtos que possuem destinação massiva;
- d) Aconselha como empregar melhor os recursos dos consumidores, fazendo-os recusar os produtos de baixa qualidade;
- e) Estimula e ajuda os artistas, elogiando o bom desempenho ou enfatizando falhas e imperfeições;
- f) Define o que é novo, distinguindo os produtos tradicionais dos lançamentos que fogem à tendência dominante;
- g) Documenta para a história, permitindo reconstruir momentos de uma atividade que é efêmera pela própria natureza da indústria cultural;
- h) Diverte, porque resgata situações inusitadas, cômicas ou hilariantes, desde que realizadas com humor.

Como se pode perceber o papel da resenha e, conseqüentemente, do resenhista são extremamente ampliados. O resenhista já não é somente um especialista de literatura, de cinema, dentre outras formas de arte, mas assemelha-se a um mentor cultural da sociedade na medida em que estabelece uma relação desigual (de superioridade) não apenas com o leitor, mas também com os artistas, com a indústria cultural. Nessa perspectiva, as resenhas representam um legado de uma comunidade, pois reforça os valores de identidade cultural de um povo. Talvez Hunt (1974) *apud* Melo (2003), ao propor essas funções, tenha idealizado ao extremo a função da resenha em seu universo cultural (México), mas será que no Brasil a resenha pode ser alçada a essa mesma condição? Pelo visto, parece que sim, pelo menos para Melo (2003), caso contrário não as teria destacado quando se refere à resenha em seu texto.

Não queremos com essas informações, negar um princípio lingüístico de que os textos produzidos em um dado espaço e tempo retratam os aspectos sócio-históricos de uma comunidade, mas questionamos a multifuncionalidade da resenha, conforme nos foi apresentada. O que pode ser ressaltado nessas funções é a percepção do autor em captar, talvez mesmo sem a intenção, a inter-relação entre as esferas. Em outras palavras, se a

resenha, por exemplo “estimula e ajuda os artistas” e “define o que é novo” estabelece, portanto, uma interlocução (e por que não dizer influência) da esfera jornalística com a esfera artística.

Já Piza (2007, p. 70) nos informa que a “crítica” tem a função de “formar o leitor, de fazê-lo pensar em coisas que não tinha pensado”. Aqui, como foi explicitado pelo próprio autor, o papel da resenha e do resenhista é de formar opinião. Dentro desta perspectiva, posicionaram-se alguns dos resenhistas inquiridos. A IE09, concebe a resenha (e o resenhista) como uma espécie de “formador(a)” de leitores.

O maior objetivo é promover o encontro entre o livro e o “seu” leitor. Milhares de obras são editadas anualmente e, por falta desse tipo de “aproximação”, muitos livros importantes passam despercebidos dos leitores, que acabam consumindo best-sellers sem grande valor para a reflexão e para o pensamento. (IE09)

Para ela, a seleção do título faz ver à audiência outros livros interessantes que não apenas aqueles que são os campeões no *ranking* das diversas listas dos mais vendidos. O resenhista é uma espécie de “tutor” para os seus leitores, porque ele sabe, dentre as numerosas publicações, aquelas que têm qualidade. Idéia corroborada pelo IE03 quando afirma que sua função é “indicar os melhores trabalhos” (IE03). Ou como afirma a IE10 quando diz que o objetivo da resenha pode ser simplesmente fazer o livro propagar-se, de acordo com ela “o objetivo principal é sempre fomentar a circulação do livro. Se apreciar o livro, quero criar uma via de legibilidade até ele. É simples assim: somos trabalhadores braçais da legibilidade.” (IE10).

Como é possível observar o propósito comunicativo global da resenha é ampliado, na medida em que não se limita somente a informar e apreciar uma obra, embora esses propósitos também constituam o escopo das resenhas. Às vezes, a intenção do resenhista repousa na captação do leitor, como pode ser observado na declaração do IE08 quando afirma que busca “oferecer ao leitor um conteúdo agradável. Produzir um texto que seduza e mantenha a atenção do leitor da primeira até a última palavra.” (IE08).

A declaração do IE08 retrata bem uma das características da comunidade jornalística que é a busca por um maior número de leitores que, segundo Charaudeau (2006, p. 86), é “uma visada de *fazer sentir*, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência”. Essa constatação vai ratificando como as condições específicas da comunidade vão se imprimindo nos gêneros que são produzidos nesse espaço social.

Voltando aos autores da literatura da área de Jornalismo acima mencionados, podemos destacar alguns aspectos: todos eles se utilizam de informação semântica semelhante, independentemente do verbo que tenha sido selecionado, assim, podemos afirmar que a resenha não-acadêmica cumpre o propósito comunicativo global de “avaliar” uma obra; tem diferentes nomeações (“notícia de livros”, “resenha” e “crítica”); está inserido em diferentes espaços do Jornalismo, Melo (2003) a introduz no seio do Jornalismo Opinativo e Piza (2007) no Jornalismo Cultural.

No que se refere ao primeiro tópico, o propósito de avaliar está explícito na caracterização de resenha quando Bond (1962) utiliza o termo “apreciação”. O que seria apreciar senão avaliar, examinar, julgar um dado “produto cultural”? Em Piza (2007), também está expresso o propósito de “analisar” que pode ser compreendido como examinar criticamente, apreciar. Em Melo (2003), essa percepção é tomada como uma ação primeira que conduz à ação de orientar o leitor. Ou seja, só se orienta o leitor quando se avalia. Enfim, os diferentes caminhos escolhidos pelos autores para definir o que seja uma resenha acabam por desembocar em um ponto específico: a avaliação.

No que se refere ao segundo tópico, não cremos que as diferentes denominações impliquem a existência de diferentes gêneros. Ao final, o conteúdo dos textos dos autores nos dão evidência de se tratarem de um mesmo gênero. Sobre esse aspecto, Swales (1990) já havia se posicionado ao afirmar que é possível encontrar diferentes nomeações para um só gênero, bem como idêntica nomeação para textos bem distintos.

Melo (2003) tenta explicar a dupla utilização dos termos, resenha e crítica, a partir da transição pelo qual passou o Jornalismo, transição esta que teve início da década de 30 e que teve como consequência uma ampliação da audiência quando o Jornalismo atingiu uma escala industrial. Essa explicação lhe permite ainda intitular uma seção de seu livro como “resenha ou crítica”, contudo ao explorar o conteúdo da seção o autor explica a resenha, diferenciando-a da crítica. Para ele, a diferença primordial entre ambas não está apenas no nome, mas também no conteúdo, no que está sendo analisado, antes “obras de arte” e hoje “produtos da indústria cultural”.

A nosso ver, essa explicação traz mais problemas que soluções, pois seria necessário definir o que é ou não uma obra de arte. Para Melo (2003, p. 131), obras de arte são “criações que seguem padrões estéticos refinados e, portanto, se restringem às elites”, enquanto produtos da indústria cultural são “bens destinados ao consumo de grandes contingentes e por isso obedecendo às leis de produção em escala”. Esse esclarecimento traz em seu bojo um preconceito, pois sugere que cabe somente às classes abastadas a apreciação das “obras de arte” e às classes menos favorecidas a apreciação de “produtos não-artísticos”. O critério da orientação para o cliente (consumidor) não pode ser visto como definidor do que não seja uma obra de arte. Sem nos aprofundar nessa discussão, deixamos apenas o questionamento de que a distinção entre resenha e crítica não pode ser simplificada apenas no elemento destinatário.

Não obstante a explanação de Melo (2003) incorrer em definições um tanto preconceituosas, não se pode negar que o objeto de crítica mudou com o passar do tempo, e que atualmente pode ser compreendido como um produto da indústria cultural que, por sua vez, tem mecanismos específicos para a divulgação desses produtos. Não queremos afirmar que a resenha se presta somente a essa função, mas também não se pode descartar essa possibilidade.

Dentro da comunidade jornalística, pode ser evidenciada também a utilização da denominação resenha ou crítica. Parece natural, portanto, esta oscilação entre o uso de um termo por outro. Essa constatação nos conduz à compreensão de que há a utilização de diferentes nomeações para um mesmo texto, como também existe um texto específico para cada uma dessas nomeações. Em outras palavras, a “resenha propriamente dita” pode ser designada “resenha” ou “crítica”, mas uma “crítica propriamente dita” é designada “crítica” e não “resenha”. O fato é que essa observação nos conduz a uma interrogação: o que seria “uma resenha e uma crítica propriamente dita”? Pena (2006, p. 38 e 39), ao explicar o que seja a crítica literária, tenta fornecer alguns esclarecimentos.

Até a metade do século passado, a crítica literária em jornais era exercida com rigor e, de fato, fazia juízos de valor. **Hoje em dia, no entanto, prevalecem as resenhas, que não julgam, mas apenas analisam as obras e exaltam suas qualidades.**
(Grifo nosso)

A crítica é também um ato de criação. Para muitos, ela é Literatura mesmo. O crítico produz um discurso artístico na medida em que articula conceitos e sensibilidades. Ele trabalha com a racionalidade, mas também utiliza a intuição. Seu principal objetivo é buscar o motivo de existência da obra, formulando o que os gregos chamavam de juízo axiológico. A palavra *axios* indica aquilo que é digno de ser admirado. Então, a axiologia é a ciência da apreciação e da admiração. Porém, ao estimar uma obra, o crítico deve explicar o seu valor, mostrando as virtudes e os defeitos.

Em seguida, Pena (2006) informa que a crítica apresenta três elementos fundamentais, que são: a análise da obra, a partir da utilização de diferentes métodos (lingüísticos, antropológicos, psicológicos, dentre outros); a interpretação, a partir da utilização de diferentes métodos (jurídicos, bíblicos, dentre outros); e, por fim, o julgamento. O autor não detalha em que consiste cada um desses constituintes da crítica, mas, pelo seu discurso é possível perceber que o texto da crítica é mais denso, mais analítico porque seus autores fazem usos de diferentes técnicas para decompor a obra. Essa diferença fica bem evidente em sua explanação.

Apenas fazemos uma ressalva no que se refere à afirmação de Pena (2006) de que na resenha não há “julgamento”, pois o que vem a ser analisar, senão julgar? Exaltar uma qualidade não seria expressar um dado juízo de valor, mesmo se apenas apontássemos, principalmente ou tão somente, os pontos positivos? Talvez, o que Pena (2006) queira informar é que a resenha parece não estar isenta de influências externas, ou seja, das influências do mercado editorial. Sem desconsiderar que a avaliação da resenha possa sofrer influência de outros agentes (dos próprios jornalistas, das editoras, dos autores, dentre outros), supomos que a diferença fundamental entre resenha e crítica repouse no processo, ou seja, no instrumental que é utilizado para avaliar o objeto de crítica.

Sousa (2009) ao investigar a relação entre gênero (resenha não-acadêmica) e comunidade (jornalística) a partir das categorias “propósito comunicativo” e “avaliação”, identificou um total de 07 (sete) propósitos comunicativos, a saber: “apresentar a obra”, “apresentar o autor”, “descrever a obra”, “avaliar a obra”, “avaliar o autor”, “discutir um tema” e “recomendar a obra”. Todas estas ações retóricas foram confirmadas pelos jornalistas quando inquiridos sobre o conteúdo de suas resenhas. As declarações abaixo ilustram esta afirmação e comprovam a convergência entre os resultados obtidos por Sousa (2009) em sua análise textual com as percepções dos produtores.

Basicamente, **apresentar o livro ao leitor** e dizer por que ele pode (ou não) ser lido. (IE07) (Grifo nosso)

Informar o leitor sobre o que é o livro – seu tema, **quem é o autor, em que tradição literária se insere** – e apresentar, com os devidos fundamentos argumentativos, a minha avaliação desse livro. (IE13) (Grifo nosso)

A descrição e a crítica sobre a obra. (I05) (Grifo nosso)

Apreciar a obra, analisá-la, pensar o texto e suas articulações, o contexto, pesar cada escolha feita pelo autor. Mas, nem sempre é possível dar conta de tantas variáveis no espaço da resenha. (IE04) (Grifo nosso)

De algum modo, **autor e obra são sempre confrontados**. Numa resenha não é diferente. Em alguns momentos, esse confronto é suavizado, é secundário. Noutros, o autor também entra como variável importante. Depende do livro. (IE04) (Grifo nosso)

Informar aos leitores o conteúdo do livro, seu contexto e a linha intelectual do autor. Também provocá-lo a ler o livro ou **debater o seu conteúdo**. (IE11) (Grifo nosso)

[...] **não ocupo espaços em jornais com não-indicações de leitura.** (IE01)

Comparando os resultados apresentados por Sousa (2009) com a literatura da área de Jornalismo e com as declarações dos resenhistas, podemos afirmar que observamos uma convergência entre o que é “dito” e o que é “feito” no que se refere ao propósito comunicativo de “avaliar o autor”, certa divergência entre o que é “dito” e o que é “feito” no que se refere ao propósito comunicativo de “apresentar o autor” e “discutir um tema”. No primeiro caso, a informação “apresentar o autor” não foi citada na literatura da área de Jornalismo, contudo os informantes destacaram sua relevância, bem como a análise textual de Sousa (2009) ratificou as declarações dos resenhistas. No segundo caso, tanto a literatura de Jornalismo quanto a declaração de informantes destacaram a presença da informação “discutir um tema” como

importantes e a análise textual (ver SOUSA, 2009) mostrou uma baixa materialização desse propósito.

5. Considerações finais

Neste trabalho ao buscamos apresentar a perspectiva sociocognitiva dos produtores sobre a resenha não-acadêmica (de livros), estabelecemos um diálogo entre as vozes apresentadas pelos resenhistas e pela literatura em diferentes áreas disciplinares (Linguística, Jornalismo, Sociologia, Educação). Este diálogo se mostrou bastante profícuo na medida em que confirmamos algumas informações contidas na literatura e em que preenchemos as lacunas contidas na literatura através das informações dos resenhistas.

Consideramos que a exploração dos aspectos táticos utilizados pelos produtoresse constitua como uma contribuição que este trabalho traz para o estudo da descrição dos gêneros textuais, pois compreendemos que somente a análise textual não é suficiente, sendo necessário utilizar diferentes percursos metodológicos.

As declarações dos resenhistas nos permitiram refletir sobre a prática da ação retórica de resenhar na comunidade jornalística, possibilitando uma contribuição específica para a área de Linguística e de Jornalismo. Na Linguística na medida em que se abre um caminho para se considerar a visão dos produtores e contribui para o enriquecimento das análises realizadas e no Jornalismo porque permite enriquecer o processo de formação dos jornalistas na medida em que estes podem confrontar teoria (o que está nos livros da literatura da área) com a prática (a voz dos agentes que produzem os textos).

Referências

- ANGELO, D. M. P. **Leitores implícitos e vazios de sentido em resenhas críticas de quatro grandes jornais brasileiros no começo do século XXI**. 2005. 174 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOND, F. **Introdução ao jornalismo**: uma análise do quarto poder em todas as suas formas. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- _____. **O poder simbólico**. 8. ed. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BHATIA, V. K. **Worlds of written discourse**: a genre-based view. London/New York, 2004.
- CARVALHO, G. **Resenhas/reviews: da ação entre amigos ao apontador de defeitos** (Um estudo contrastivo de resenhas acadêmicas escritas em Inglês e em Português). 2002. 190 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- _____. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros**: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola, 2005.
- _____. Críticas de livros: um breve estudo da linguagem da avaliação. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 6, n. 2, maio./ago., 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.
- GIDDENS, A. **The constitution of society**: outline of the theory of structuration. Berkeley. CA: University of California Press, 1984.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- MELO, J. M. de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. rev. e aum. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MILLER, C. R. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Org.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994a. p. 23-42.
- _____. Rhetorical community: the cultural basis of genre. In: _____. **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994b. p. 67-78.
- PENA, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- PIZA, D. **Jornalismo cultural**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- SOUSA, S. C. T. **A ação retórica de resenhar na comunidade jornalística: um estudo dos propósitos comunicativos e da avaliação**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- SWALES, J. M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.
- _____. **Research genres: explorations and applications**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.